

# MOBILIZAÇÕES EM REDE, TERRITORIALIDADES EPISÓDICAS E IDENTIDADES FLUTUANTES: REFLEXÕES SOBRE O MOVIMENTO #ELENÃO

## NETWORK MOBILIZATIONS, EPISODIC TERRITORIALITIES AND FLOATING IDENTITIES: REFLECTIONS ON #ELENÃO MOVEMENT

Gustavo Souza Santos 1  
Anete Marília Pereira 2

**Resumo:** O movimento #EleNão tomou espaço nas ruas, nos noticiários e na internet ao longo das discussões suscitadas com as eleições brasileiras de 2018. A mobilização, liderada por mulheres, surgiu a partir de articulações nas redes sociais para reflexões sobre a agenda e oposição ao então presidenciável Jair Bolsonaro. Em setembro de 2018, protestos se difundiram pelas 27 unidades federativas do país e conjugaram uma mobilização em rede de refletância on-line e off-line. O movimento desperta indagações sobre as mobilizações sociais mais recentes, especialmente aquelas em rede. Procurou-se refletir aqui a estética e a organização do movimento #EleNão. Para tanto, considerou-se aspectos como as tessituras insurgentes e sociopolíticas das mobilizações em rede contemporâneas e as categorias territorialidades - aqui, tomadas como insurgentes e episódicas - e identidades - discutidas aqui como flutuantes. **Palavras-chave:** Protesto. Cidade. Insurgência. Rede. Espacialidade.

**Abstract:** The movement #EleNão ('not him') took no space in the streets, in the news and on the internet during the discussions that arose with the Brazilian elections of 2018. The mobilization, led by women, arose from articulations in social networks for reflections on the agenda and opposition to the then presidential candidate Jair Bolsonaro. In September 2018, protests spread throughout the country's 27 federal units and combined a network mobilization of online and offline reflectance. The movement raises questions about the most recent social mobilizations, especially those in the network. It was reflected here the aesthetics and the organization of the movement #EleNão ('not him'). For that, aspects such as the insurgent and sociopolitical tessituras of the contemporary network mobilizations and the territorial categories - here taken as insurgents and episodic - and identities - discussed here as floating.

**Keywords:** Protest. City. Insurgency. Network. Spaciality.

Doutorando em Desenvolvimento Social e mestre em Geografia 1  
pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Professor do  
Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc), onde coordena o POP - Grupo de  
Pesquisa em Imagem, Comunicação e Cultura.  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3410976683726091>.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9712-2690>.  
E-mail: [gustavo.ccpv@gmail.com](mailto:gustavo.ccpv@gmail.com)

Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia 2  
(UFU). Professora do Departamento de Geociências e dos programas de  
pós-graduação em Geografia e em Desenvolvimento Social da Universidade  
Estadual de Montes Claros (Unimontes).  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6320555490260616>.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7084-7109>.  
E-mail: [anetemarilia@gmail.com](mailto:anetemarilia@gmail.com)

## Introdução

As eleições brasileiras de 2018 foram marcadas por transformações da vivência e da conjugação dos debates de que lhes são próprios. A campanha se tornou uma zona mais intensa e complexa de discussão, com adendos significativos da comunicação em rede, tratamento da informação e dos fatos.

A ambiência midiática tornou-se intrinsecamente uma camada das práticas de campanha eleitoral, provocando novas dinâmicas sobre os modos de compreender e perceber as relações entre público e privado, governança e governabilidade, governabilidade, ideologias e projetos de vida e país.

Dispositivos, redes sociais, recursos e ferramentas povoaram a experiência pública, constituindo-se ao mesmo tempo ferramentais eleitorais e instrumentais do senso-dissenso democrático. Tais flexões comunicacionais penetraram o imaginário popular, os espaços comuns e as espacialidades cambiantes entre o on-line e o off-line.

A natureza das redes se destacou nesse período, não apenas como agregadores de coletividades, pautas e demandas; mas como índices de transformação, agência e potência. Os diálogos específicos do processo eleitoral e democrático foram perpassados de novas emergências e, naturalmente, insurgências. Entre elas, o movimento #EleNão.

Esta mobilização tomou espaço nas ruas, nos noticiários e na internet ao longo das discussões suscitadas com as eleições brasileiras de 2018. A mobilização, liderada por mulheres, surgiu a partir de articulações nas redes sociais para reflexões sobre a agenda e oposição ao então presidenciável Jair Bolsonaro.

Em setembro de 2018, protestos se difundiram pelas 27 unidades federativas do país e conjugaram uma mobilização em rede de refletância on-line e off-line. O movimento desperta indagações sobre as mobilizações sociais mais recentes, especialmente aquelas em rede.

Procurou-se refletir aqui a estética e a organização do movimento #EleNão. Para tanto, considerou-se aspectos como as tessituras insurgentes e sociopolíticas das mobilizações em rede contemporâneas e as categorias territorialidades - aqui, tomadas como insurgentes e episódicas - e identidades - discutidas aqui como flutuantes.

## Considerações iniciais: mobilizações em rede contemporâneas

Da oblação cruenta e incendiária do tunisiano vendedor de frutas Tarek Bin Bouazizi<sup>1</sup> aos gritos jovens pelo peso simbólico insustentável do aumento de R\$ 0,20 na passagem de ônibus da metrópole paulistana, desenhos diversificados e simultaneamente similares de movimento sociais foram ativados em todo o mundo.

A cobertura geográfica remonta a 2010 na Primavera Árabe, partindo do Norte da África ao Oriente Médio, seguindo os atos egípcios contra o despotismo de Mubarak em 2011. Em 2011 ainda, os espanhóis ocuparam a Praça Puerta del Sol sob a alcunha de indignados em revolta ou revolução - como variava a narrativa -, caracterizando o 15-M.

Outra praça também se torna ícone e índice de mobilização na Europa. Desta vez, a ateniense Syntagma. Os gritos gregos de disputa sobre os ideários de desenvolvimento entre população e governo se verificaram também em Portugal com sua “geração à rasca”<sup>2</sup>.

No continente americano, Wall Street é palco de ocupações espaciais e políticas categóricas<sup>3</sup>. Em terras chilenas, são os pinguins<sup>4</sup> a provocar instabilidades por reformas educacionais. Em 2013, o Brasil acompanha a odisséia das jornadas de junho com manifestações de escopo ampliado e difícil precisão ou controle. E em seguida, em 2018, o movimento #EleNão guarda similaridade com os eventos pregressos.

Os movimentos guardam diferenças históricas, geográficas, políticas, culturais e sociais. No entanto, há similaridades pontuais para um enquadramento de atenção. Isto é, as

1 Cidadão tunisiano que ateou fogo sobre si mesmo em protesto às condições de vida de seu povo e se tornou símbolo e centelha da Primavera Árabe.

2 A expressão “à rasca” significa em condições precárias, com dificuldades de se manter.

3 Tratam-se das ocupações novaiorquinas do Occupy Wall Street.

4 O movimento icou conhecido por “Revolta dos Pinguins”, já que o animal é similar aos uniformes escolares secundaristas.

manifestações se desenvolveram de (1) modo reticulado, (2) multiescalar, (3) efervescente, (4) volátil, (5) sem capitaneamento de organizações formais e (6) arregimentados pelas redes sociais *on-line*, com (7) acústica *off-line*.

A detonação e a difusão dos atos se constituíram de redes socioespaciais (1) que, não obstante a diversidade de anseios populares e territoriais, ganharam consistência de operação em multiescalas (2). A horizontalidade é verificada na medida em que as convocatórias e a organização dos atos se davam em níveis que extrapolavam hierarquias institucionais tradicionais de agência popular (5).

As redes sociais eram utilizadas como observatórios, laboratórios de ação e (des)construção de narrativas, além do apoio logístico dos eventos (6). Todavia, essa acuidade *on-line* tinha reflexos diretos por uma acústica *off-line* (7). As vias do ciberespaço deitavam refletância aos fluxos e fixos das cidades de pequeno, médio e grande porte ocupadas nos atos.

A efervescência e a volatilidade dos atos levantam suspeitas epistemológicas, jornalísticas e de opinião pública (3, 4). Porém, essa estética peculiar é partícipe de novas modulações dos sujeitos e seus arranjos coletivos. O efervescente, volátil e, aparentemente, efêmero é índice de transformação e reelaboração dos sujeitos, suas narrativas e mobilizações.

Processos, mediações e interfaces são perceptíveis na vida social, a partir da diversidade de dispositivos e práticas comunicacionais contemporâneas. Para além da técnica e da linguagem, notam-se novos *modus operandi* e *vivendi*. E isso se desprende dos movimentos enunciados anteriormente.

As redes assumem novos desdobramentos, não mais restritos a desenhos logísticos, mas socioespaciais, tecnológicos e comunicacionais, tornando-se linguagem e aparato arregimentador do cotidiano. Há novas redes para sujeitos e novos sujeitos para redes. Novidades cujo exame se faz necessário.

Mobilizações sociais e políticas, amplamente estudadas, ganham assim outros contornos e que fazem repensar sua estrutura, significado e epistemologia. Para além de seu conteúdo, sua (re)produção é provocadora.

A comunicação em rede delinea aqui um novo prospecto de funcionamento social e de devires, onde a virtualidade e a ubiquidade se tornam articuladores de uma complexidade que disputa a agência e a potência do sujeito em tempos, espaços e dinâmicas fugidios, novos.

Cenários em torno da cibercultura são ágeis e retráteis, progredindo no tempo e no espaço em um *continuum* de transformações que precisam de discussão para que não evanesçam sem exames mais aprofundados. Tais fenômenos são frequentemente assumidos como meros componentes da indústria de mídia sem que maiores reflexões sobre suas implicações aos sujeitos e suas coletividades sejam feitas.

Se há infraestrutura, há estruturas e processos. É preciso cercar as alterações e arranjos que tocam o sujeito diante do objeto tecnológico e comunicacional para além de uma visão de infraestrutura. É preciso considerar as novas alocações dos sujeitos, suas práticas e performances.

Comunicação é mais do que indumentária e aparato material. Rede representa mais do que desenhos de operações cotidianas. É preciso demorar o olhar sobre as metamorfoses da emergência dos sujeitos, da tipologia das lutas, suas dinâmicas, estéticas, imaginários e gramáticas.

## O movimento #EleNão

À época das eleições, especialmente no tocante à corrida presidencial, as declarações e a agenda do então candidato Jair Bolsonaro geraram oposições e debates acalorados sobre temas como defesa da democracia e questões identitárias, especialmente relacionadas a gênero.

Entre a movimentação da opinião pública, os noticiários e os veículos de campanha, iniciativas nas redes sociais também marcaram o período. O grupo “Mulheres Unidas contra Bolsonaro” na rede social Facebook emergiu como parte do debate, com clara oposição às ideias do político e seus aliados.

A descrição do grupo, que conta com 2,5 milhões de participantes<sup>5</sup>, informa que se trata de um espaço “destinado à união das mulheres de todo o Brasil contra o avanço e fortalecimento do machismo, misoginia e outros tipos de preconceitos representados pelo candidato Jair Bolsonaro e seus eleitores”<sup>6</sup>.

A iniciativa agregou eleitoras em torno de um debate que as provocava no reconhecimento de sua identidade, de suas experiências cotidianas, vivências diárias e projetos de vida. A coletividade acionada ganhou interlocução com o momento de fomento ao debate, tendo na substância do conflito a aquiescência para seu desenvolvimento.

Destarte a unidade em rede das mulheres, organizadas e visivelmente engajadas para manifestar oposição, a polarização provocou percalços que produziram energias de insurgência, tais como o acirramento das discussões nos espaços comuns - midiáticos ou não - e o ataque cibernético sofrido pelo grupo<sup>7</sup>.

A escalada do debate e da visibilidade da agência reticulada do grupo deflagrou um sentido unitário de potência dos sujeitos em questão. O Facebook, já utilizado como ferramenta de coletivização, tornou-se instrumento de organização de um ato coordenado e difuso, intitulado de “movimento #EleNão”.

Em 29 de setembro de 2018, atos contra as ideias do então presidenciável se difundiram pelas 27 unidades federativas e em cidades do exterior<sup>8</sup>. Nas ruas, a liderança das mulheres tendo por estandarte questões de gênero e, com flexão solidária, demandas minoritárias e identitárias em um conjunto insurgente.

A visibilidade on-line que perpassou a opinião pública, tornou-se visível também em uma frente mobilizada. O movimento #EleNão pode ser caracterizado como uma mobilização social em rede on-line com desdobramentos off-line.

Esta caracterização insere o movimento em uma perspectiva contemporânea de mobilizações em rede, com estética e gramática particulares (SANTOS; CUNHA, 2018a; 2018b; SANTOS; PEREIRA, 2018). As flexões on-line e off-line, catalisadas pela fluidez das redes, faz com que o movimento se processe por meio de códigos e esquemas específicos de espacialização, agência e potência<sup>9</sup>.

E neste prospecto, as marcas espaciais e temporais do movimento reclamam atenção. A espacialidade calcada na reticulação do movimento e sua conjuntura do ciberespaço para o espaço público material; e a temporalidade, no processo de imanência do tempo das redes, seja no *real time* ou na conjuntura da inteligência coletiva.

A conjuntura aparentemente específica e localizada do grupo em uma rede social que, processualmente, abarca usuários e avatares de todas as partes e, continuamente, é tomada como agência parcial, artificial ou de simulacro, se depara com uma conjugação espacial amplificada, multiescalar e de ativação territorial.

Nesse íterim, o território é uma categoria importante nas reflexões em torno do movimento que, por sua vez, se expande para além dos marcadores temporais do fato. O território digital - das comunidades, ferramentas e agências on-line -, o território nacional - das escalas onde os atos se desdobraram - e o território da insurgência - nos quais os objetos de querela se radicaram.

O território é uma categoria que emerge do espaço, a partir de uma constelação de dinâmicas sociais, culturais e políticas (RAFFESTIN, 1993; SAQUET, 2007; 2009). Embora a circunscrição, a demarcação e o estabelecimento fronteiro material sejam variáveis da compo-

5 Levantamento atual do número de participantes, conforme disponível em: <https://www.facebook.com/groups/499414607198716/>. Acesso em: 16 jan. 2019.

6 Conforme informações no perfil do grupo. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/499414607198716/>. Acesso em: 16 jan. 2019.

7 Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/14/politica/1536941007\\_569454.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/14/politica/1536941007_569454.html)>. Acesso em: 17 jan. 2019.

8 Conforme disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

9 Para fins de associação, entende-se aqui como movimentos sociais em rede com desdobramentos on-line e off-line: a Primavera Árabe no norte da África e Oriente Médio de 2010; o 15-M espanhol, os atos gregos na Praça Syntagma, o Occupy Wall Street nos Estados Unidos, a revolução dos pinguins chilena e a “geração à rasca” portuguesa em 2011; bem como as Jornadas de Junho no Brasil em 2013.

sição, identificação e definição do território, estes aspectos não lhe são limítrofes. O território é, nessa perspectiva, um profusão de relações socioespaciais materiais e imateriais em um esteio fronteiro intercambiante.

Da constelação de dinâmicas e variáveis da composição da substância territorial, emergem as territorialidades. As territorialidades, por sua vez, se radicam nas relações territoriais e despontam como forças relacionais e de fragor identitário capazes de delinear sujeitos, coletividades, sentidos, forças e operações diante do espaço onde a vida acontece (SAQUET, 2011; SILVEIRA, 2011).

Nesse sentido, a territorialidade é uma poética do território, isto é, serve-lhe de adensamento simbólico, etiquetamento identitário e de articulação do ser, do fazer e do acontecer da vida no seio do território materializado, materializante e imaterial. Esse aspecto leva a dizer, em última instância, que a territorialidade é também uma poética do espaço que reveste a vida como substrato de sua vazão, cosmologia, realização e significação.

Essencialmente, a categoria território está sujeita à variáveis de poder e de construções políticas que designam sua constituição, reconhecimento, respeito às suas fronteiras e segurança de sua vivacidade intra e extramuros (RAFFESTIN, 1993; SAQUET, 2007). O poder interpola o território, de modo que forças econômicas, políticas, coercitivas e simbólicas orbitam e o constroem, ao mesmo tempo em que o desafiam e, por vezes, ameaçam.

Desse modo, as territorialidades que se estabelecem como camadas, indumentária e aquiescência da vida no espaço e no território, se ativam como expressão de luta e desencadeiam complexos processos e tramas de territorialização (SACK, 2011). Essas lutas reclamam espaços para a vida material e imaterial, mas reclamam também o espaço da voz, da existência e do devir.

O território aditivado por territorialidades abriga o fragor das formações identitárias em torno do ser e do acontecer dos indivíduos feitos sujeitos a partir da coletivização do espaço, da luta e da existência (TOURAINÉ, 1997; 2009). Nesse prospecto, se inserem as formações étnicas, as comunidades tradicionais e múltiplos grupos organizados a partir dessas poéticas espaciais de vida e produção da vida.

As estruturas que organizam a vida cotidiana a partir dos signos de progresso e desenvolvimento - como índice hegemônico em sua produção da vida e nos projetos de poder orbitantes - acabam por gerar pulsões metabolizadoras da vida proeminente nos territórios, especialmente aquelas que mais demonstram contrastes com a estetização da vida em seus projetos.

Assim, instabilidades e querelas são estabelecidas entre a estetização da vida promovida pelos modos de operação dos projetos de poder e dos signos de progresso produtores de espaços vazios e não-lugares pela homogeneização, e pelos espaços identitários tradicionais, marcados por coletividades articuladas à proeminência do espaço como lugar (MASSEY, 2000; AUGÉ, 2004).

A salvaguarda da pluralidade dos espaços, territórios, comunidades e identidades deve ser o ponto de partida para o impasse que se desenha nas entrelinhas desse debate desde sua conceituação primária. Os signos de desenvolvimento hegemônicos devem ser reelaborados a partir de uma ordem diversa presente nesses recônditos de vida.

O debate perpassa as noções de desenvolvimento e as forças metabólicas derivadas dos projetos participantes deste amplo e antigo prospecto (ESTEVA, 2000; RIST, 2002; RIBEIRO, 2008; GUDYNAS, 2014). Contudo, a maior expressão dos territórios e de suas territorialidades humanas é sua própria condição e *modus vivendi*. Isto é, as poéticas do espaço e da existência que transbordam dos territórios são seu próprio *modus operandi* de ação, reação e proposição.

### **Territorialidades episódicas e identidades flutuantes**

As territorialidades não representam um conceito de encarceramento das variáveis que compõem sua substância (dinâmicas espaciais, históricas e sociopolíticas), nem tampouco um conceito estático, mas são pulsões por definição. E, como tais, se flexionam como mediação simbólica, cognitiva e prática da realidade (DEMATTEIS, 1999).

Dito isto, as territorialidades são esteios de processamento da identidade que produz

sentido e coletividade comunal (CASTELLS, 1999) e ação, esta, perpassada pela matéria da diferença (TOURAINÉ, 1997) e pela modulação da potência (CASTELLS, 2013). Entre consciência, potência e agência, emergem os projetos de vida.

As territorialidades, as coletividades e as identidades abrigam projetos de vida. Isto é, narrativas de si e do outro circunscritas por espacialidades e temporalidades, atreladas por variáveis simbólicas e de sociabilidade, que indicam os modos de produção e organização da vida. Isso implica que, sendo uma poética do espaço e da existência, a territorialidade também abarca as protuberâncias que tornam hostis ou insipientes tais narrativas.

Há nessa discussão um aspecto que entrelaça, inter-relaciona e arregimenta as diferenças entre sujeitos e suas vivências em uma combinação comunal, isto é, que interpola unidade na diversidade territorial. A substância identitária - ora de resistência, ora de projeto (CASTELLS, 1999) - é que promove o viço de consciência coletiva e agente.

O movimento #EleNão desliza sobre essa perspectiva. A mobilização eclode na escalada das interações dos grupo organizados por mulheres com a finalidade de se opor a discursos e agendas que provocam ou põem em xeque suas identidades, posições sociais, projetos de vida e vivências perpetradas pelo então candidato e apoiadores.

O sentido comunal foi acionado a partir dos diálogos e da partilha de vivências, experiências e expectativas - em consonância produzida pelas identidades - no grupo. A diversidade vivencial e a diferença espacial produziram contiguidade. E, na celeuma provocada pelo conflito sociopolítico e midiático, as relações contíguas se consolidaram.

O pertencimento ao grupo, antes circunscrito à vivência da rede social on-line, tornou-se pervasivo à realidade das usuárias ali mobilizadas. Usuárias também sujeitos de potência e agência (TOURAINÉ, 2009), dispostas a conjugar sua vivência múltipla ali integrada solidariamente.

Essa ambiência detém a combinação de variáveis e dinâmicas que, a partir da ativação territorial das mulheres engajadas (e de outros sujeitos que, mesmo não inscritos no grupo, se identificaram e se mobilizaram), constituem territorialidades. Dada a relação conflituosa e que demanda a reivindicação que quer contrariar assimetrias, as territorialidades tornam-se insurgentes.

A identificação, o conteúdo sócio-histórico, a relação espacial e a flexão solidária em torno de vivências e projetos fundamentaram as territorialidades insurgentes do movimento. Tal arranjo encontrou empuxo nos atos organizados que, inicialmente planejados para grandes centros, se difundiram - em número e escopo - pelo país<sup>10</sup>.

É possível identificar três diferentes momentos em mobilizações em rede dessa natureza (SANTOS; CUNHA, 2018a; 2018b): detonação ou eclosão, difusão ou profusão e declínio. As fases estão ligadas a dinâmicas comuns de mobilizações sociais com conflitos sociopolíticos claros, flexões em rede (reflectantes on-line e off-line) e territorialidades insurgentes.

A detonação ou eclosão é acionada por marcadores factuais, como um acontecimento que ganha escala. No entanto, é possível observar momentos de articulação reticulada anteriores nas quais as vivências, experiências e expectativas diante do objeto de protesto estão sob debate, observação e influência nos grupos e coletivos que abrigam institucional ou virtualmente seus sujeitos.

Esse processo detonador costuma apresentar caráter viral e difusor. Isto é, a mobilização cresce em volume e adesão vertiginosamente, sem qualquer limite espacial ou temporal. A difusão se processa com a articulação frequentemente horizontal e sem liderança clara ou protagonismo de instituições organizadas. As multiescalas e a intensidade dos atos são estéticas comuns.

O declínio marca o arrefecimento dos atos, comumente marcados pela efemeridade. A detonação é ruidosa e a difusão é vertiginosa. Porém, a conclusão é silenciosa. Todavia, a pressão política, governamental e social exercida pelo movimento provoca reverberações oficiais práticas e em tempo com a mobilização, mas ecoa tempos depois com o fortalecimento

<sup>10</sup> Conforme apuração, 114 cidades concentraram atos nas 27 unidades federativas, além de registros na Alemanha, França, Suíça e Portugal. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/09/29/manifestantes-fazem-atos-a-tarde-contra-e-favor-de-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

coletivo e a emergência de novos posicionamentos públicos e engajados.

As mobilizações em rede desafiam os circuitos tradicionais midiáticos por se arregimentarem por meio de dispositivos e sistemas de comunicação alternativos, o que as confere autonomia. O desafio se estende também aos espaços de governança que, frequentemente, são malsucedidos em promover diálogos, já que a horizontalidade e não filiação clara a movimentos tradicionais é verificada.

A visibilidade desse tipo de movimento que é observada de sobressalto quando de sua gênese é encarada com desconfiança por seu término aparentemente silencioso. Tal brevidade de caráter sismológico - como um terremoto que abala e cessa - é vista com desconfiança.

Todavia, o que se discute aqui é que a estética e a gramática desses movimentos possuem novas abordagens de processamento de seu conteúdo. O declínio é aqui metabólico, ou transformador. Não se encerra ou se sedimenta em formatos tradicionais e institucionalizados, mas como volumes espaçotemporais, permanecem como signos de mobilização na história e no imaginário.

A discussão permanece sustentada com o reforço de grupos e movimentos tradicionais, na geração de novas coletividades e redes, em novos estudos sobre a natureza de tais movimentos e nas reflexões sociais, midiáticas e governamentais acerca das pautas levantadas.

Esse caráter de feições efêmeras do movimento denota uma dinâmica particular das territorialidades observadas nestas mobilizações. Insurgentes e com arranjo em rede, elas se articulam em torno de demandas de natureza social com cadência política e, como no movimento aqui refletido, pautas identitárias, produzindo tessituras de desenvolvimento (SANTOS; PEREIRA, 2018), porém voláteis e fugidias.

A volatilidade das redes é conhecida em uma de suas formas, as redes submersas (ZIBECCHI, 1997; 2008; 2015). Ocultas ao governo, mídia e opinião pública, mas em atividade em seus recônditos e circuitos, as redes submersas eclodem vertiginosas e, se encerram de sua visibilidade patente, silenciosas.

As territorialidades insurgentes destas mobilizações são, por essa combinação de fatores - refletância on-line e off-line, unidade e diversidade de sujeitos engajados por uma pauta comum e que se torna comunal -, territorialidades episódicas. Isto é, marcadas por um episódio espaçotemporal de pressão e ruído tornado político e que, passada a descarga catártica insurgente, retorna aos sujeitos como substância de sua agência, identidade(s) e potência.

Episódicas, essas territorialidades não carecem de consistência, já que o conteúdo da luta e dos sujeitos são suas próprias manifestações pessoais e coletivas. Pode-se dizer ainda que tal caráter é a indumentária característica desta tipologia mobilizadora, onde não apenas a eclosão e a difusão são determinantes, mas sobretudo o declínio, que aqui é transformador.

O engajamento solidário, isto é, no reconhecimento da própria experiência e vivência a partir dos outros catalisando uma coletividade, é fundamental nesse processo. Essa flexão é otimizada pelo alcance e pelo caráter de coesão das redes, dado ao pertencimento expressivo e eloquente dos sentidos de luta mobilizados.

A multiescalaridade e unidade impensável em tal heterogeneidade coletiva e identitária é possível pela especificidade das redes com *input* e *output* simultaneamente on-line e off-line (SANTOS; CUNHA, 2018b). O viço solidário assumem então uma corporeidade volumosa, difusa e heterodoxa que retorna em visibilidade um caráter espontâneo, emergente e episódico.

Há que se destacar a discussão utilitária dos movimentos sociais que reclamam formas conhecidas e formais de processamento da substância da luta social. Ou ainda, o caráter episódico poderia significar um defeito de agência, já que dada à horizontalidade e informalidade, as pautas não se politizam em configurações prontamente reconhecíveis de movimentos sociais.

Entende-se que, nessa tipologia, essas mobilizações são tributárias das formações insurgentes tradicionais, mas apresentam em sua constituição dinâmicas novas. O acontecer solidário dos movimentos sociais se imiscui da fluidez fugidia das redes, designando formatos, práticas e processos particulares de se colocar em movimento.

O caráter insurgente, solidário e episódico das mobilizações se ligam, em última instância, à categoria identidade. Identidades que, emergentes dos sujeitos, são acionadas na medida em que determinados contextos sociopolíticos ameaçam seu exercício. Tecidas como

interação de significados, as identidades produzem aderência para o exercício coletivo e comunitário (HALL, 2006).

Nessa trama de identidades, emergem significados que constituem a extensão da existência dos sujeitos e, concomitantemente, projetos de vida. Tais projetos são organizados na produção material e imaterial da vida em seus espaços e contextos. Contudo, inconsistências da realidade põem em xeque tais projetos e as identidades neles imbricadas que se tornam resistentes (CASTELLS, 1999).

O acionamento identitário e a flexão das identidades de projeto em identidades de resistência é uma prerrogativa das lutas mobilizadas que as acionam. No movimento #EleNão e nos eventos que possuem características similares, as identidades se mobilizam em dinâmicas reticuladas particulares e, tal qual a forma dos atos, se desenvolvem em torrentes de expressão.

Tal característica, que deriva das redes e da estética específica das mobilizações, faz com que o acionamento das identidades se dê de forma ágil e volumosa sem que contiguidades espaço-temporais tradicionais ou modos tradicionais de comunicação sejam envolvidas. Chama-se atenção aqui para a produção de identidades flutuantes.

Identidades flutuantes não designam o anulamento ou arrefecimento das múltiplas expressões identitárias presentes no tecido social, ou mesmo uma sobreposição ou metabolização, mas a congregação dos diferentes exercícios, projetos e narrativas em uma frente mobilizada integrada. As identidades em variedade flutuam em torno da luta e, solidariamente, penetram os espaços fazendo verter sua ação.

Para que as identidades flutuantes e as territorialidades insurgentes e episódicas se desenvolvam na corporeidade da mobilização, as práticas e processos comunicacionais são parte fundamental. Naturalmente, as redes são caracterizadas pela fluidez relacional e pelos sistemas próprios de formação e comunicação entre seus nós e arcos, porém as redes on-line oferecem novas perspectivas.

O caráter expansivo e a envergadura das mobilizações dessa natureza - que, originalmente, padeceriam de coesão pela heterogeneidade, horizontalidade e ausência de formalismo - ganha expressão pelo usufruto das conexões, dispositivos e espaços on-line. Organização, discussão, acesso e difusão de informações são algumas das finalidades potencializadas.

As distâncias e diferenças espaciais como temporais são minimizadas ou transformadas a partir da disjunção espaço-temporal permitida pela internet e suas redes (THOMPSON, 2004). O engajamento e o senso comunitário são reforçados por essas características que acentuam a sociabilidade e permitem alcance aos sujeitos.

Pelo caráter democratizado e de livre acesso dos usuários em redes on-line, as práticas e processos de comunicação se tornam alternativas - e destarte as características já discutidas das mobilizações - autônomas. As redes ganham, assim, acuidade para processarem sua indignação - pela insurgência e resistência - e sua esperança - na luta e pelos projetos de vida (CASTELLS, 1999; 2013).

## **Considerações Finais**

O movimento #EleNão despontou como uma mobilização em rede originada a partir de discussões coletivizadas na internet (a partir do grupo Mulheres Unidas contra Bolsonaro) e que, catalisadas pelo ímpeto da querela do discurso que constrangia o exercício identitário das mulheres que compunham as iniciativas iniciais, desdobrou-se em atos insurgentes pelo país.

A disjunção espaço-temporal, as características de democratização da informação nas redes on-line e o influxo solidário de diálogos em multiescalas promoveram uma mobilização reticulada. Desse modo, com vozes multiplicadas e dispersas, territorialidades insurgentes foram originadas com a difusão de atos em todo o país.

O conteúdo insurgente remetia a discursos e ideias que ameaçavam projetos de vida e contrariavam o exercício identitário das mulheres - e, conseqüentemente, outros sujeitos e grupos -, criando uma adesão multiescalar de vozes em um contexto episódico e flutuante. A comunicação em rede exerceu papel de coesão nesse processo, sendo simultaneamente meio

e instrumento de ação.

Esta mobilização e outras que compartilham de características e condições similares - espontaneidade, horizontalidade, informalidade, caráter episódico e desenvolvidas em rede - indagam sobre sua constituição e significado temporal. A formação tradicional dos movimentos sociais sugere, sobretudo, novas flexões e transformações em forma, conteúdo, estética e gramática.

## Referências

AUGÉ, M. Dos lugares aos não-lugares. In: \_\_\_\_\_. **Não Lugares**. Introdução a uma antropologia da supermodernidade. 4. ed. Campinas: Papirus, 2004. p. 71-105.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Tradução de Klaus Brandini Gehardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DEMATTEIS, G. Sul crocevia della territorialità urbana. In: DEMATTEIS, G. *et al.* (Org.). **I futuri della città – Tesi a confronto**. Milano: Angeli, 1999.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. **Dicionário do Desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

GUDYNAS, E. El postdesarrollo como critica y el buen vivir como alternativa. In: RAMOS, G. C. (Org.). **Buena vida, buen vivir**: imaginarios alternativos para el bien común de la humanidad. México: UNAM, 2014.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 176-185.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 80, p.109-125, mar. 2008.

RIST, G. **El desarrollo**: historia de una creencia occidental. Traducción de Adolfo Fernández Marugán. Madrid, España: Catarata, 2002.

SACK, R. D. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Org.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 63-89.

SANTOS, G. S.; CUNHA, M. G. C. As Territorialidades Insurgentes do Gigante Desperto: Jornadas de Junho de 2013 no Brasil e suas Dinâmicas Territoriais. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 35, p. 37-48, 24 jul. 2018a.

SANTOS, G. S.; CUNHA, M. G. C. Entre protestos e fluxos: rede e escala nas jornadas de junho de 2013 no Brasil. **Revista Elisée**, Porangatu, v. 7, n. 1, p. 71-84, jan./jul. 2018b.

SANTOS, G. S.; PEREIRA, A. M. Territorialidades de insurgência, tessituras de desenvolvimento(s): participação social e coalizão nas Jornadas de Junho de 2014. **Geofronter**, Campo Grande, v. 4,

n. 4, p. 7-22, set./dez. 2018.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções do território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SAQUET, M. A. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SILVEIRA, M. L. Novos acontecimentos, novas territorialidades. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Org.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 39-62.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

TOURAINÉ, A. **Iguais e diferentes: poderemos viver juntos?** Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

TOURAINÉ, A. O sujeito como movimento social. In: \_\_\_\_\_. **Crítica da modernidade**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 247-268.

ZIBECHI, R. **La revuelta juvenil de los 90**. Las redes sociales en la gestación de una cultura alternativa. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1997.

ZIBECHI, R. **Autonomías y emancipaciones: América Latina en movimiento**. Bajo Tierra-Sísifo Ediciones, México, 2008.

ZIBECHI, R. **Territórios em resistência**. Cartografia política das periferias latino-americanas. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

Recebido em 22 de abril de 2020.

Aceito em 07 de maio de 2021.